

Memória e esquecimento: narrativa sobre imperador romano e senado

Memory and forgetfulness: narrative about the roman emperor and senate

Luciane Munhoz de OMENA*

Pedro Paulo A. FUNARI**

Resumo: O presente artigo teve por objetivo fazer algumas considerações críticas sobre a relação entre a escrita do presente e a escrita do passado, tendo como ponto de partida dois eixos conceituais: memória e esquecimento em Paul Ricoeur. Compreendemos a memória como um suporte da lembrança, um suporte do passado, que, em outras palavras, designa a construção de imagens de um passado sob a insígnia de uma “memória manipulada”, que são narrativas de esquecimento. A partir deste suporte analítico, traçaremos algumas reflexões sobre a divisão de poderes entre o imperador e o senado, a partir do século I d. C., para analisar as variedades discursivas nos testemunhos de Sêneca e de Tácito e, nessa mesma linha, compreender a construção do discurso historiográfico contemporâneo e suas projeções do presente nos traços e nos gestos do passado, em especial, na narrativa de Tácito.

Palavras-chave: Memória, Esquecimento, Discursividade, Roma.

Abstract: This article is aimed at some critical observations on the relationship between writing in the present and writing in the past. As a starting point we will look at two conceptual axes: memory and forgetfulness in Paul Ricoeur. We understand memory as support of remembrance, a support of the past, which, in other words, means the construction of images of a past under the emblem of a "manipulated memory", which are narratives of oblivion. From this analytical framework, we will draw some thoughts on the division of powers between the emperor and senate, from the first century AD, in order to analyze the varieties of discourse in the testimony of Seneca and Tacitus, and in that same line, understand the construction of contemporary historical discourse and its projections at present in the features and gestures of the past, especially in the narrative of Tacitus.

Keywords: Memory, Forgetfulness, Discursiveness, Rome.

* Docente Adjunta II de História Antiga - Faculdade de História e Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Goiás\UFG, Campus II, Caixa Postal 131, CEP: 74001-970. Goiânia\GO. A pesquisa que resultou neste artigo contou com o apoio do CNPq e FAPESP. E-mail: lucianemunhoz34@gmail.com

** Docente Titular de História Antiga - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em História - Universidade de Campinas\UNICAMP, CEP: 13083-896. Campinas\SP. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

“A nós, poetas desses tempos, cabe falar dos morcegos que voam por dentro das ruínas. Dos restos humanos fazendo discursos sozinhos nas ruas (...). E se alguma alteração tem sofrido minha poesia, é a de tornar-se cada livro, mais fragmentária. Mais obtida por escombros”.
(BARROS, 1990, p. 308\309 Apud JÚNIOR, 2007, p. 86)

Introdução

Nesse artigo, discutir-se-ão dois eixos relacionáveis entre si. Em primeiro, traçaremos algumas considerações historiográficas que interpretam os testemunhos de Sêneca acerca de sua participação política no Principado de Nero (37-68 d. C.) à luz dos *Anais*, de Tácito. Queremos ressaltar, sobretudo, que não nos voltaremos às reflexões sobre o *quinquennius neronis*, fortemente debatido pela historiografia (WALTZ, 1909; PIGANIOL, 1954; WARMINGTON, 1969; GRANT, 1970; THORNTON, 1973; CIZEK, 1982; CANESSA, 1990; GRIMAL, 1991; RUDICH, 1993; CROISILLE; FAVERSANI, 2000 entre outros), mas nos interessa compreender como as interpretações contemporâneas acerca da divisão de *potestas* entre o *senatus* e o *princeps*, apresentada em fontes documentais como Sêneca (4-65 d. C.), Tácito (56-117 d. C.) e Suetônio (70-130 d. C.), refletem, de certa maneira, o processo de democratização vivenciado na Europa durante o século XX. Com isto, partimos do pressuposto de que o passado é interpretado à luz das condições e circunstâncias contemporâneas ao estudioso moderno, sendo, pois, inevitável a conexão entre as interpretações e o contexto histórico, social, político e econômico (Funari e Silva, 2010). A produção historiográfica relaciona-se ao presente, e os usos do passado, para além da recepção dos autores antigos, constituem aspectos essenciais da reflexão historiográfica (cf. Funari e Funari 2010, com referências adicionais).

O segundo deles aborda a maneira como a memória é um suporte da lembrança, um suporte do passado que, em outras palavras, designa a construção de imagens de um passado sob a insígnia de uma “memória manipulada” (RICOEUR, 2007), sujeita a “abusos do esquecimento” (RICOEUR, 2007). As narrativas são, necessariamente, produtos seletivos que se configuram em identidades pessoais ou mesmo em identidades coletivas estruturadas em vínculos de pertencimento a uma história autorizada. A memória vincula-se aos processos de recriação, no presente, de imagens sobre o passado (Carvalho e Funari 2010). Nesse sentido, o discurso historiográfico constrói os traços e os gestos do passado, a partir de suas configurações epistemológicas, associando-as às teias de seu presente. Nesta ocasião, trataremos de algumas narrativas sobre a relação entre o soberano, no contexto do Principado romano, e o senado, como coletivo de elite da sociedade romana imperial.

Campos de saber e as discursividades em Sêneca e em Tácito

Nesse percurso seletivo da narrativa, destacamos a leitura historiográfica moderna (WALTZ, 1909; WARMINGTON, 1969; GRANT, 1970; THORNTON, 1973; CIZEK, 1982; CANESSA, 1990; GRIMAL, 1991; RUDICH, 1993; CROISILLE, 1994 entre outros) sobre a participação política de Sêneca no Principado de Nero (45-68 d. C.). Muitas vezes, foi proposta a ascendência pessoal do filósofo sobre Nero, dividindo seu governo em duas fases: de 54 a 62 d. C., quando esteve aconselhando o jovem governante, representando assim os interesses do senado, e a partir de 62, momento denominado tirânico, devido ao afastamento do sábio e moderado conselheiro.

Um exemplo desse discurso historiográfico que merece destaque é o livro *Vie de Sénèque*, no qual Waltz traça uma biografia do filósofo, e, em sua concepção, nem os autores antigos (Suetônio, Tácito e Dion Cássio) nem muito menos os modernos (Diderot, Pascal e Ranke) atinaram sobre a pertinência das funções de Sêneca na política neroniana. Tácito, embora seja o formulador de um retrato mais exato e mais completo desta época (WALTZ, 1909, p. 16), teria cometido dois erros: relegado a um segundo plano a atuação de Sêneca como ministro de Nero e empreendido, em suas análises, juízos de valor (WALTZ, 1909, p. 08\09).

Mesmo criticando a interpretação tacitiana, Waltz penetra em sua teia narrativa e cronológica como base de sustentação e de argumentação sobre Sêneca. Segundo o autor, existe uma evidente divisão alicerçada na carreira do filósofo; Waltz desmembra-a em dois grandes momentos: após o retorno do exílio, mais ou menos aos 45 anos, atua como advogado, escritor e filósofo; não apresenta, neste período, um papel relevante nos bastidores políticos; no segundo momento, Sêneca - por meio de Agripina - teve acesso à casa imperial, torna-se preceptor e, logo mais, conselheiro e ministro de Nero. Manteve-se por sete ou oito anos dirigindo o espírito do jovem monarca, administrando e ditando, em quase todas as ocasiões importantes, sua conduta e seus discursos (WALTZ, 1909, p. 03).

Como podemos perceber, aos olhos de Waltz, a atuação de Sêneca é imprescindível, símbolo de um bom governo, que se evidencia em um subcapítulo denominado “*Caractère général du gouvernement de Sénèque*”, no qual Nero torna-se um elemento evasivo, sem força, enquanto Sêneca representa a imagem e o poder do soberano. Tal interpretação respalda-se na diarquia, a divisão de poderes entre o príncipe e o senado, nas quais as atividades militares e as relações exteriores estariam sob as ordens do monarca, enquanto o senado se responsabilizaria pela administração e pela justiça civil na Itália e nas províncias (WALTZ, 1909, p. 254).

Ainda que Waltz se vincule aos anos iniciais do século XX, manter-se-á muitas vezes essa visão historiográfica sobre Sêneca, que analisa, em geral, as atividades do filósofo sob um viés tacitano. Temos, por exemplo, em Pierre Grimal, assim como em Waltz, uma interpretação de um *princeps* com menos autonomia, mais dependente das ordenações políticas de Sêneca (GRIMAL, 1991, p. 107). De acordo com o autor, no período em que redigiu a sátira menipeia *Diui Claudii Apocolocyntosis*, o filósofo não foi senão o substituto de Nero. Este era, ainda, inexperiente para compor um discurso calculado, sábio e tradicional que atingisse um público ávido por uma bela linguagem (GRIMAL, 1991, p. 110)¹. Para o historiador francês, o filósofo da *stoa*, no tratado *De Clementia*, desejaria harmonizar as relações entre o *princeps* e a assembleia (GRIMAL, 1991, p. 132)².

Discurso muito próximo dos *Anais* de Tácito em que a participação política de Sêneca é mediada pelas relações do *princeps* com o *senatus*, preocupado em harmonizá-las, proporia a divisão de poderes entre estas duas instâncias, que se apresentam em seu discurso, com as seguintes prerrogativas:

Que o senado gozaria de toda a sua antiga jurisdição; e a Itália, e as províncias do Império ficariam sujeitas ao tribunal dos côsules, pelo qual passariam os seus requerimentos aos senadores. Quanto a ele, tomaria a seu cargo o comando das legiões (TÁCITO. *Anais* XIII, IV).

Tácito apresenta em sua narrativa que os sucessores de Augusto, ao longo de suas atuações, tornaram-se descontrolados, assim como Tibério que, embora fosse considerado um bom militar e com idade avançada, em alguns momentos apresentou “indícios de crueldade” (TÁCITO. *Anais* I, IV). Para ele, a *Res Publica* não poderia depender da prudência do soberano, defendia a concessão de poderes entre o *senatus* e o *imperator*. Mesmo vendo na constituição da magistratura senatorial uma crise moral (TÁCITO. *Anais* I, III), a divisão de poderes proporcionaria ainda um estado de moderação e de tranquilidade no poder político romano. Aos olhos do historiador, tratava-se de uma condenação às ações dos imperadores Tibério, Caio César, Cláudio e Nero que se tornaram tirânicos, em especial por terem centralizado o poder em suas mãos, relegando os senadores à escravidão, na medida em que se atendiam somente às vontades dos príncipes (TÁCITO. *Anais* I, IV).

Sêneca distancia-se do discurso tacitano uma vez que alegava haver prejuízo ao bem público nas resoluções legitimadas por uma maioria (SÊNECA. *De Vita Beata* I); por isso, a ação mais sensata seria sustentar a *Res Publica* por um governante sábio e, graças as suas atitudes

virtuosas, o príncipe distribuiria as benesses ao *populus romanus* (SÊNECA. *De Clementia, Epistulae Morales, Diui Claudii Apocolocyntosis, De Beneficiis, De Ira* entre outras). Existem, em nossa percepção, dois universos distintos: Sêneca e Tácito³.

A participação de Sêneca é interpretada pela historiografia contemporânea como símbolo de uma prática política mais ampla em um momento de centralização de poder do príncipe em que se constata uma diminuição do prestígio senatorial⁴. Em nossa compreensão, este viés interpretativo, que posiciona o filósofo como o defensor da divisão de *potestas* é, no mínimo, emblemático: primeiro pelo fato de que a diarquia é uma informação que faz parte dos *Anais* de Tácito (TÁCITO. *Anais* I, II), em especial pelo fato de o historiador corroborar, como já vimos, com a divisão de *potestas* entre o *senatus* e o *imperator* (LUCE & WOODMAN, 1993; MILLER, 1998; JOLY, 2005); em segundo, diferentemente do que propõem alguns (WALTZ, 1909; PIGANIOL, 1954; WARMINGTON, 1969; GRANT, 1970; THORNTON, 1973; CIZEK, 1982; CANESSA, 1990; GRIMAL, 1991; RUDICH, 1993; CROISILLE, 1994 entre outros), Sêneca fundamenta-se em um poder político no qual se percebe maior autonomia do *imperator*, estando o poder concentrado em suas mãos, desde que, é claro, fosse um governante sábio (SÊNECA. *De Clementia*) (OMENA, 2009).⁵

Os discursos de Sêneca e de Tácito são tratados como se houvesse uma similaridade, uma transposição, em ambos os autores, capaz de mapeá-los numa mesma circunstância histórica discursiva. As obras de Sêneca tornaram-se apoio, complemento às interpretações de seu próprio pensamento político. Vemos, no entanto, pensamentos e acontecimentos em tipos e em níveis diferentes, *tramas históricas distintas*. Como afirma Michel Foucault, as homogeneidades e as heterogeneidades enunciativas “se entrecruzam com continuidades (e mudanças) lingüísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que umas e outras se desenvolvam da mesma forma ou se comandem necessariamente” (FOUCAULT, 1972, p. 180).

O resultado deste tipo de generalização é a consequente busca de coesão e unidade dentro da organização de um discurso analisado. Vemos uma comodidade e uma coerência em não multiplicar as contradições. É um terreno perigoso intensificar as incoerências, observar as diferenças, atribuir peso demasiado às transformações, às polêmicas e não supor que o discurso dos homens esteja perpetuamente minado do interior pela contradição de seus desejos, das influências que sofreram ou das condições em que vivem. Na verdade, dialogam entre si muito mais para superar essas contradições e encontrar o ponto a partir do qual elas poderão ser comedidas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007; FOUCAULT, 1972, 1992, 1996). Nessa busca em intensificar

os discursos fragmentados e conceber, em paráfrase a Durval Muniz de Albuquerque Júnior, as palavras e os vestígios como “signos que possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas” (BARROS, 2003 Apud JÚNIOR, 2007, p. 91), perguntamo-nos, nesse sentido, os motivos pelos quais a historiografia opta por interpretar a participação política de Sêneca sob o viés de Tácito, tema que tratamos a seguir.

Os traços do passado na escrita do presente

Nossas preocupações partem de algumas discussões historiográficas sobre as relações que se estabelecem entre a Antiguidade Clássica e o “presente vivido por seus intérpretes” (SILVA, 2005, p. 29), pois hoje detectam-se em muitas pesquisas inquietações sobre o “presentismo” na escrita histórica, em especial por considerar a impossibilidade de se desvincular das “tradições histórico-interpretativas” (SILVA, 2005) e, em consequência, de seus momentos históricos (CAZALS & PAYEN, 2001; VIDAL-NAQUET, 2002; BERNAL, 2003; HARTOG, 2003; SILVA, 2005; SCHIAVONE, 2005; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007; HINGLEY, 2010 entre outros). Nesse sentido, consideramos a narrativa histórica a partir de um processo de escolha, de seleção, de recorte e de montagem, articulado a modelos e teorias que se circunscrevem aos vestígios do passado. A partir disto, criamos sentidos cronológico, espacial, cultural, social e, dentro deles, selecionamos os acontecimentos, tornando-os unidades inteligíveis, adaptáveis a um arcabouço teórico que é, claramente, essencial. A partir da teoria, transformamos e interpretamos os vestígios em reconstruções específicas da história humana. Se privilegiarmos a política ou a atitude das elites como fatores fundamentais, tenderemos a selecionar fatos e eventos correspondentes, relacionando-os dentro de uma determinada realidade (GUARINELLO, 2003).⁶

Consideramos, a partir dos processos de seleção e, portanto, processos de silenciamento, que o estudo de um objeto, parafraseando Paul Ricoeur, envolve conhecimento e reconhecimento (RICOEUR, 2007, p. 437) do historiador que, por sua vez, confronta-o com o passado e com seu presente, pois, em outras palavras, “o passado nunca se constituiria se não coexistisse com o presente” (DELEUZE Apud RICOEUR, 2007, p. 442). O contexto, tanto sob a ótica do leitor quanto do autor, traz particularidades culturais, demarcadas por uma escala de valores e inseridas em um perfil histórico (HARTOG, 2003; CHARTIER, 2002; CALAME & CHARTIER, 2004; DUPONT, 2004, HINGLEY, 2010).⁷ Trata-se de formular, assim como fez François Hartog:

[...] quem, afinal, eram esses gregos e esses romanos? Ainda é possível uma

relação direta com eles? Suas questões ainda são nossas? Podemos ainda, ou podemos novamente, considerar como nossas algumas de suas questões? A política grega e a democracia ainda têm algo a dizer-nos, ou melhor, saberíamos propor-lhes questões pertinentes ao nosso presente? (HARTOG, 2003, p. 116).

Diríamos, ao compartilhar dos pressupostos do historiador francês, que nos dirigimos aos vestígios do passado – Cícero, Dion Cássio, Sêneca, numismática, pinturas parietais – com questionamentos de nossa contemporaneidade e, mais ainda, construímos modelos que são mediados entre o passado e o presente. Hanna Arendt (1983, 1985, 1988, 1991, 1993, 2003) é um exemplo: judia em um universo em que avançavam as políticas totalitárias, a polis grega, nesse contexto, tornava-se não um modelo único (ARENDR, 1988, 2003), “mas uma referência privilegiada e constantemente meditada” (HARTOG, 2003, p. 153), principalmente por designar “um lugar e um momento em que surgiu esse político, do qual os tempos modernos marcaram a submersão” (HARTOG, 2003, p. 153). Assim como o conceito de *auctoritas* em seu artigo *Que é autoridade?* aparece associado à política romana e seu caráter educacional, na medida em que os antepassados representariam a grandeza e a “cada geração subsequente” continuariam, por definição, sendo os maiores (ARENDR, 2003, p. 161)⁸. Seu interesse ou, pelo menos, sua leitura sobre *auctoritas* é alicerçada à luz do totalitarismo⁹ que, de acordo com sua reflexão,

[...] a origem da autoridade no governo autoritário é sempre uma força externa e superior a seu próprio poder; é sempre dessa fonte, dessa força externa que transcende a esfera política, que as autoridades derivam sua “autoridade” – isto é, sua legitimidade – e em relação à qual seu poder pode ser confirmado (ARENDR, 2003, p. 134).

A submersão das atividades políticas participativas no ocidente contemporâneo e a legitimidade de políticas totalitárias em forma de consenso, pelo menos em alguns períodos, tornaram-se inteligíveis, e não é por um mero acaso, na *argumentatio* de Hanna Arendt – em que aparece o afloramento do conceito de *auctoritas* romana, associada, justamente, a existência de um líder político e de sua estrutura burocrática (ARENDR, 2003, p. 136) –, que não se apoiava no poder coercitivo da violência física. Tratava-se da legitimação e do reconhecimento de Hitler na sociedade alemã. Esse reconhecimento leva a filósofa a analisar o poder sob o ponto de vista simbólico, não tanto pela violência, na medida em que muitos intelectuais colaboraram com o Nazismo e se beneficiaram com o sistema.¹⁰

Essas políticas totalitárias propunham a necessidade de uma “raça limpa, pura e civilizada” (SILVA, 2005, p. 56), a crença na *uirtus* militar de um autossacrifício, abnegação e

obediência absoluta às ordens. Criam-se, a partir deste legado, narrativas contra as intolerâncias aos regimes Nazista e Fascista; a memória do século XX, principalmente, no pós-guerra, torna-se um alarido contra a “civilização pura”. Eric Hobsbawn é um exemplo, ao se pronunciar contra o fascismo. De acordo com suas palavras:

De qualquer modo, nós que vivemos aqueles tempos sabíamos que haveria uma guerra, mesmo quando pensávamos possibilidades pouco convincentes para evitá-la. Nós - o historiador também pode recorrer à própria memória - contávamos em lutar na próxima guerra, e provavelmente morrer. E como antifascistas não tínhamos dúvida de que, quando ela viesse, não teríamos outra opção além de lutar (HOBSBAWM, 1988, p. 154).

As narrativas são construídas a partir de seleções, “ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro” (RICOEUR, 2007, p. 459), mesmo àqueles contra os regimes totalitários. Trata-se da criação de “lugares da memória” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 94), que engloba a memória coletiva, e, é evidente, sem cairmos em suas deficiências e em seus excessos¹¹ podemos evocá-la a partir da mediação entre a identidade individual e a identidade coletiva: associada à relação de “luto ao traumatismo da identidade coletiva” (RICOEUR, 2007, p. 92), que se trata do sentimento de perda, os quais afetam as regiões do poder, do território e das populações (RICOEUR, 2007). Esse trauma pode ser percebido no excerto abaixo, que se refere à “reprodução das falas de soldados nazistas aos judeus, reproduzido por um sobrevivente de um campo de concentração” (SILVA, 2005, p. 35):

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês (LEVI, 1990, p. 01 Apud SILVA, 2005, p. 35).

O trabalho de luto são condutas, as quais devem ser rememoradas a partir de “relações cruzadas entre a expressão privada e a expressão pública” (RICOEUR, 2007, p. 92). Neste caso, rememoração se dá no plano individual, um sobrevivente de um campo de concentração, e também no plano coletivo, em que a vítima se coloca em uma coletividade em relação à violência sofrida por seu povo, os judeus. Nesse sentido, a rememoração que se caracteriza no plano das comemorações são narrativas seletivas, “a glória de uns foi a humilhação para outros. A celebração,

de um lado, corresponde à execração, do outro” (RICOEUR, 2007, p. 92). Trata-se de uma história com suas tramas que se vinculam ao temor, à morte e à guerra, pois, como acentua Paul Ricoeur, o que se celebra como “acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos” (RICOEUR, 2007, p. 92); por isso, a violência perpetrada nos campos de concentração ou na ocupação alemã em território francês, entre os anos de 1940 a 1945, no qual o governo de Vichy impelia à participação política, permanece na memória coletiva. Esta época produziu certa “obsessão pelo passado”, termo cunhado por Henry Rousso, no qual considera

sua própria contribuição à história da “síndrome de Vichy” como um ato de cidadania, destinado a ajudar seus contemporâneos a passar do exorcismo sempre inacabado ao trabalho de memória, do qual não se deve esquecer que também é um trabalho de luto (ROUSSO Apud RICOEUR, 2007, p. 457).

Esse trabalho de luto é classificado por quatro estágios: o momento da aflição, do recalque, do retorno do recalque e, por último, o momento da obsessão (ROUSSO Apud RICOEUR, 2007, p. 457). Na aflição, a lembrança funcionaria em uma escala de memória coletiva, em que se oculta a especificidade da ocupação alemã e Vichy é posto entre parênteses (RICOEUR, 2007, p. 458). Na fase do recalque, demarca-se também o ocultamento, entretanto a herança, a nostalgia, o fantasma e as celebrações estão presentes (RICOEUR, 2007, p. 458). No retorno do recalque, explodem as lembranças das próprias testemunhas “postas em cena através de seus não ditos e lapsus; uma dimensão tinha sido esquecida: o antissemitismo de Estado da tradição francesa” (RICOEUR, 2007, p. 458). A fase da obsessão acentua o movimento de renascimento de uma memória judaica, cuja representação fílmica desempenha esse processo seletivo, a exemplo do *Holocauste* ou *Nuit et Brouillard*.

A política do pós-guerra volta-se novamente para a democracia, enquanto o fascismo é colocado, sem cometermos generalizações, nas teias do esquecimento, pois sabemos que toda narrativa comporta dimensões seletivas, e perdoar é, nas palavras de Paul Ricoeur, ratificar uma impunidade, “o que seria uma grande injustiça cometida à custa da lei, e mais ainda, das vítimas” (RICOEUR, 2007, p. 479), pois “o amor e o ódio funcionam de outro modo, ao que parece, na escala coletiva da memória” (RICOEUR, 2007, p. 483). Cria-se, então, em razão deste ódio, um desprezo aos defensores fascistas; as nações afastam-se do vínculo ao regime, mesmo as políticas mais conservadoras. A Alemanha Oriental intitulava-se República Democrática Alemã, inventa-se, então, uma nova tradição, que utiliza a “história como legitimadora das ações e como cimento de coesão grupal” (HOBSBAWN, 2008, p. 21).¹²

Em nossa percepção, é, justamente nesse contexto histórico e, sobretudo, com diferentes diretrizes, que se encontra a opção historiográfica à narrativa tacitiana. Não queremos construir pensamentos e posições políticas homogêneas, mesmo porque é nítida a existência de éticas diversas, desde os colaboradores do nazismo, entre os anos de 1941 a 1945 na França, momento da ocupação alemã no governo de Vichy (e.g. Jérôme Carcopino, Edmond Faral administrador do *Collège de France*, Alfred Fabre-Luce, jornalista do *Journal de la France* entre outros) (SILVA, 2005), aos intelectuais que se colocaram, por razões diversas, em posições de resistência, como Hanna Arendt, Eric Hobsbawm, Marc Bloch, Max Beckmann,¹³ entre outros, que abriram espaços para se pensarem as políticas totalitárias e o seu “lugar da memória” (JÚNIOR, 2007, p. 94) a partir de vestígios da Antiguidade Grega e Romana.¹⁴

A historiografia busca, nesse momento, em vestígios como Tácito, respostas para compreender seus conflitos e perspectivas para o futuro, tendo em vista os caminhos sinuosos pelos quais passou a sociedade democrática. Como propõe Fábio Joly, essa tendência em guiar-se pela narrativa de Tácito

[...] explica-se pelo espaço que foi concedido à obra taciteana no pensamento político europeu entre o Renascimento e o século XVIII, e firmou-se no século XX com os estudos que Ronald Syme dedicou a Tácito. Se há um denominador comum em toda essa trajetória de recepção é o retrato de Tácito como um crítico ferrenho do autoritarismo imperial, que permitiu à sua obra ser enquadrada no contexto de críticas políticas às monarquias européias – entre o Renascimento e o século XVIII – e até mesmo aos regimes nazista e fascista da primeira metade do século XX – como testemunha a obra de Syme (JOLY, 2005, p. 114).

A contribuição tacitiana deve-se aos efeitos perversos do pós-guerra, que se projeta na historiografia por uma necessidade em forjar, ou talvez, ocultar o domínio nazista, uma maneira de silenciar os processos de violência, de repressão à liberdade de expressão e à participação política. A narrativa de Tácito propõe um aumento das participações políticas no poder, embora fosse uma atuação limitada por restringir-se à elite romana, difunde em seu discurso a “tensão historiográfica senatorial entre liberdade (*libertas*) e escravidão (*seruitus*)” (JOLY, 2005, p. 114). Sêneca, contrariamente, propõe a concentração de poder nas mãos de um *princeps* sábio, seus contemporâneos estariam colocando à venda a República Romana (SÊNECA. *Diui Claudii Apocolocyntosis*) por interesses escusos. Em *De Constantia Sapientis*, apresenta um arcabouço argumentativo com extremo sarcasmo ao perguntar a seus leitores-ouvintes se existe alguma diferença entre crianças e magistrados,

[...] pois estas se apossam com avareza de ossinhos, nozes e moedinhas de cobre, eles, de ouro, prata e cidades, pois estas entre si se fazem de magistrados e imitam a pretexto, os feixes e o tribunal, eles brincam a sério com os mesmos objetos no Campo de Marte, no fórum e na cúria, estas fazem castelos de areia na praia, eles, como se fizessem algo grandioso, se ocupam em erguer pedras e paredes e tetos, tornando perigoso o que foi inventado para a proteção física (SÊNECA. *De Constantia Sapientis* XII, 2).

No discurso senequiano, a escravidão – *seruitus* – estaria no comportamento desmedido não somente dos imperadores, mas também nas ações incomensuráveis dos magistrados que, assim como Hércules, propagavam a oratória do *manus manum lauat* (SÊNECA. *Diui Claudii Apocolocyntosis* IX, 6). Temos, portanto, nos vestígios de Sêneca e de Tácito questões relativas à *seruitus* com enfoques diferenciados: no discurso senequiano, a liberdade seria resgatada com a atuação de um *imperator* sábio, possuidor da clemência (OMENA, 2009), enquanto que no discurso tacitano, a *seruitus* seria eliminada com a atuação dos dois poderes: o *princeps* e a magistratura senatorial. Aceitar, então, a leitura de Sêneca em relação à governabilidade significava, neste momento, construir uma memória respaldada no passado romano, em que a atuação e a participação são vistas como resultados de desequilíbrios políticos, desordens geradas em razão da atuação de uma maioria. Constrói-se um ideal societário em que se obedece a um só homem e a uma única lei; confiar nas decisões dos melhores, nas palavras de Sêneca, era um ato natural: a submissão dos inferiores aos superiores (SÊNECA. *Epistulae Morales* 90, 4).

Resgatar a narrativa tacitiana representa nos processos de esquecimento e de produção de memória o ocultamento da existência nazifascista, pois, no momento de aflição, acentuam-se dramas e, neste caso, leva-se em consideração o desenvolvimento de uma política participativa. A atuação política ratifica o esquecimento (RICOEUR, 2007, p. 458) dos estados totalitários e conservadores. Como acentua François Hartog, Hannah Arendt utiliza a *Oração Fúnebre* de Péricles com relação ao totalitarismo, pois

ela via a comunidade das palavras e dos atos, “estabelecimento de um espaço público no qual, à distância dos seus negócios privados, próprios ao recinto do oïkos, os homens se reconhecem como iguais, discutem e decidem em comum (HARTOG, 2004, p. 155).

Assim como Hannah Arendt reflete o totalitarismo alemão sob o viés grego, historiadores como E. Cizek, Pierre Grimal ou Walks também utilizaram passagens tacitanas para a compreensão de seus próprios pensamentos políticos, seus conflitos e seus anseios. Como podemos

notar, há uma excessiva idealização sobre a participação de Sêneca como construtor de uma política moderadora. Em muitos trechos, detectamos análises tendenciosas em que Sêneca era considerado o agente de equilíbrio, o ordenador da paz, a fonte de inspiração e sustentação de Nero que, por si próprio, teria, desde o início, tornado Roma um centro de anarquia generalizada. Neste sentido, nossa intenção foi demarcar a escrita da História, sobretudo sob um viés discursivo do passado que, em outras palavras, representa o “lugar da memória” do contemporâneo (SILVA, 2005; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Queremos, com isso, enfatizar os modos como são criadas e como se afetam nossas visões da História. Compreender os limites das reconstruções ou interpretações é uma forma de ampliar a produção histórica por meios de visões alternativas, que criam e escrevem outros passados (GUARINELLO, 2003). Queremos concluir nossas propostas com as palavras de Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

Persigo, depois de ti [Manuel Barros], um discurso historiográfico que, como redemoinho, atravesse os monturos da memória social, os faça serem postos em movimento, relançando-os para novas agitações, para adquirirem novas configurações. É preciso um discurso historiográfico que revolva os depósitos, os repositórios, os lugares da memória, e faça desmanchar aquele relevo já cristalizado, revelando os ciscos e os vermes que os trabalham e os habitam (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 94).

Agradecimentos

Agradecemos a Aline Vieira de Carvalho, Renata Senna Garraffoni, Norberto Luiz Guarinello, Richard Hingley, Ray Laurence, Norma Musco Mendes, Martin Millet, José Remesal e Greg Woolf. Mencionamos, ainda, o apoio institucional da UFG, UNICAMP, FAPESP e CNPq. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

Referências bibliográficas

CORPUS DOCUMENTAL:

SÊNECA, L. A.. *De la Clémence*. Trad. par François Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

_____. *L'Apocoloquintose du divin Claude*. Trad. par René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

_____. *Lettres a Lucilius* (Tome I). Trad. par MM. A.Grandsagne; Baillard, Charpentier, Cabaret-Dupaty; Charles du Razoir; Héron de Villefosse; Naudet, C. L. F. Panckoucke, E. Panckoucke; De Vatimesnil, A. De Wailly etc. Paris: Les Belles Lettres, 1833.

_____. *Lettres a Lucilius* (Tome VI/VII). Trad. par MM. A.Grandsagne; Baillard, Charpentier, Cabaret-Dupaty; Charles du Razoir; Héron de Villefosse; Naudet, C. L. F. Panckoucke, E. Panckoucke; De Vatimesnil, A. De Wailly etc. Paris: Les Belles Lettres, 1834.

_____. De l'oisiveté. *Dialogues*. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

_____. De Ira (Tome I). In : *Dialogues*. Trad. par A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1951.

_____. De la vie heureuse (Tome II). In: *Dialogues*. Trad. par A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1955.

_____. De la brièveté de la vie. (Tome II). In: *Dialogues*. Trad. par A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1955.

_____. De la Providence (Tome IV). *Dialogues*. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

_____. De la Tranquillité de L'Ame (Tome IV). *Dialogues*. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

_____. De l'oisiveté. *Dialogues*. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

TACITE. *Annales*. Ed. et trad. P. Wuilleumier. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

_____. *Anais*. Tradução J. L. FREIRE de Carvalho. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1952.

Referências contemporâneas

ALCOCK, Susan E. The reconfiguration of memory in the eastern Roman empire. ALCOCK, SUSAN E.; D'ALTROY, Terence N.; MORRISON, Kathleen D.; SINOPOLI, Carla M.. *Empires. Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 323-350.

ALFÖLDY, GÉZA. *História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *História. A arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ANDO, Clifford. *Roman Religion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Farense Universitária, 1983.

_____. *Da violência*. Brasília: UNB, 1985.

_____. *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relum e Dumara, 1993.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: UNB, 1982.

CARCOPINO, Claude; OURLIAC, Paul; GRIMAL, Pierre. *Jérôme Carcopino, un historien au service de l'humanisme*. Paris: Belles Lettres, 1981.

BAUMGART, Fritz. *Breve História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia européia. Tradução de Fábio Adriano Hering. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). *Repensando o Mundo Antigo*. IFCH/UNICAMP, 2003.

BRADLEY, K. R. *Slavery and Society at Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. The Problem of Slavery in Classical Culture (Review article), *Classical Philology*, 92, pp. 273-282, 1997.

CALAME, Claude; CHARTIER, Roger. *Identités d'auteur dans l'Antiquité et la tradition européenne*. Paris: Jérôme Millon, 2004.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo A. Memória e patrimônio: diversidade e identidades. *Revista Memória em Rede*, v. 2, pp. 7-16, 2010.

CANESSA, Maria Eugenia Pareti de. Séneca: un noble romano frente al poder imperial, *Revista de História Universal*, Universidad Nacional de Cuyo, Argentina, 2, 1990.

CAUCANAS, Sylvie; CAZALS, Rémy; PAYEN, Pascal. *Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité*. Actes du Colloque international tenu à Carcassone les 19 et 20 mai 2000. Toulouse: Editions Privat, 2001.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página*. Publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CIZEK, E. *Néron*. Paris: Fayard, 1982.

CROISILLE, Jean-Michel. *Néron a tué Agrippine*. Bruxelles: Complexe, 1994.

DUPONT, Florence. *L'invention de la littérature*. De l'ivresse grecque au texte latin. Paris: La Découverte & Syros, 1998.

FAVERSANI, Fábio. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo: USP/FFLCH, 2000.

FINLEY, M. I. *Política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

FOUCAULT, Michel. *O que é o autor?* São Paulo: Veja: 1992.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

FUNARI, P. P. A. *Cultura material e Arqueologia histórica*. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. Política e Riso em Pompéia: ensaio sobre a crítica social popular. In: BENOIT, H.; FUNARI, P. P. A.. *Ética e política no mundo antigo*. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 117-132.

_____. *A vida cotidiana na Roma antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada, cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Glaydson José. *Teoria da História*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A.; FUNARI, Raquel dos Santos. Ancient Egypt in Brazil: a theoretical approach to the uses of the past. *Archaeologies*, 6, 1, pp. 38-61, 2010.

GARRAFFONI, R. S. *Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas*. São Paulo: Annablume, 2005.

GAGÉ, J.. Les milieux populaires: des plèbes indigènes aux affranchis. In: *Les classes sociales dans l'empire romain*. Paris: Payot, 1964, pp. 123/154.

GARNSEY, P.; SALLER, R. *Non-slave labour in the Greek-Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

_____. *The early principate. Augustus to Trajan*. Oxford: At Clarendon Press, 1982.

_____. *Storia sociale dell'impero romano*. Roma: Laterza, 1989.

_____. *L'Empire romain: économie, société, culture*. Paris: la Découverte & Syros, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIARDINA, Andrea (org.) *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992.

GORDON, Richard. From Republic to Principate: priesthood, religion and ideology. In: ANDO, Clifford. *Roman Religion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003, pp. 62\83.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Império romano e identidade grega. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (orgs.). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 147-161.

_____. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga, *Politéia*, Vitória da Conquista, v. 03, n. 1, pp. 41-62, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luis; JOLY, Fábio Duarte. Ética e ambigüidade no principado romano. In: BENOIT, Héctor; FUNARI, Pedro Paulo A. *Ética e política no mundo antigo*. Campinas: UNICAMP, 2001, pp. 133-152.

GRANT, M.. *Nero*. London: B. T. Batsford, 1970.

GRIFFIN, M. T.. *Nero: the end of a dynasty*. London: B. T. Batsford, 1984.

_____. *Seneca: a philosopher in politics*. Oxford: Clarendon Press, 1976.

GRIMAL, Pierre. *Sénèque ou la conscience de l'empire*. Paris: Fayard, 1991.

HARTOG, François. O confronto com os antigos. In: *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UNB, 2003, pp. 115-154.

_____. *Memória de Ulisses*. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HINGLEY, Richard. *O imperialismo Romano*. Novas perspectivas a partir da Bretanha. Tradução Luciano César Garcia Pinto. São Paulo: Annablume, 2010.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Erick; Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 09-23.

HOPE, Valerie. Status and identity in the Roman world. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome*. Culture, identity and power in the Roman Empire. London, New York: Routledge, 2005, pp. 125-152.

HUSKINSON, Janet. Looking for culture, identity and power. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome*. Culture, identity and power in the Roman Empire. London, New York: Routledge, 2005, pp. 03-28.

INWOOD, Brad. Reading Seneca. *Stoic philosophy at Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

JOLY, F. D. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. *A escravidão na Roma Antiga. Política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. Suetônio e a historiografia senatorial: uma leitura da vida de Nero, *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, pp. 111-127, 2005.

KER, JAMES. *The deaths of Seneca*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LAURENCE, Ray. Territory, ethnonyms and geography: the construction of identity in Roman Italy. LAURENCE, Ray; BERRY, Joanne. *Cultural identity in the Roman empire*. London, New York: Routledge, 2001, pp. 95-110.

LEACH, Eleonor Winsor. The Implied Reader and the Political Argument in Seneca's Apocolocyntosis and De Clementia In: FITCH, John G (Edited). *Oxford Reading in Classical Studies*. Seneca. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 264-298.

LEVICK, B. M. Nero's *Quinquenium*. *Collection Latomus*, v.180, pp. 211\225, 1983.

LOMAS, Kathryn. Roman imperialism and the city Italy. In: LAURENCE, Ray; BERRY, Joanne. *Cultural identity in the Roman empire*. London, New York: Routledge, 2001, pp. 64-78.

LUC, T. J.; WOODMAN, A. J. (Ed.). *Tacitus and the Tacitean tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

MAYER, Roland G.. Roman Historical Exempla in Seneca. In: FITCH, John G (Edited). *Oxford Reading in Classical Studies*. Seneca. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 299-315.

MENDES, Norma Musco. O sistema político do principado. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (orgs). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, pp. 21-51.

MILLAR, Fergus. *The emperor in the roman world*. London: Hoxton Square, 1992.

_____. The roman city-state under the emperors: 29 BC-AD 69. *Prudentia*, The University of Sydney, Frances Muecke, Supplementary Number, pp. 113-134, 1998.

MILZA, P. *Mussolini*. Paris: Fayard, 1999.

MILLETT, Martin. *The romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MURRAY, O. The *Quinquenium Neronis* and the Stoics, *Historia*, v.14, p.41-61, 1965.

NEWMAN, Robert J. In umbra virtutis: Gloria in the thought of Seneca the Philosopher. MAYER, Roland G.. Roman Historical Exempla in Seneca. In: FITCH, John G (Edited). *Oxford Reading in Classical Studies*. Seneca. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 316-334.

OMENA, Luciane Munhoz de. *Pequenos poderes na Roma Imperial: setores subalternos sob a ótica de Sêneca*. Vitória, ES: Flor & Liz, 2009.

PIGANIOL, A. *Histoire de Rome*. Paris: Press Universitaires de France, 1954.

REMESAL, José. Provincial interdependence in the Roman Empire: an explanatory model of the Roman economy. In: _____. *New Perspectives on the Ancient World: modern perceptions, ancient representations*. Ed. Pedro Paulo A. Funari, Renata Senna Garraffoni, Bethany Letalien. Oxford: Archaeopress, 2008, pp. 154-159.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

RIVES, James. Religion in the Roman world. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome. Culture, identity and power in the Roman Empire*. London, New York: Routledge, 2005, pp. 245-276.

RUDICH, Vasily. *Political dissidence under Nero: the price of dissimulation*. London: Routledge, 1993.

SALLER, Richard. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. Patronage and friendship in early imperial Rome: drawing the distinction. In: WALLACE-HADRILL, A. *Patronage in ancient society*. London and New York: Routledge, 1990, pp. 49-62. THORNTON, M. K.. The enigma of Nero's Quinquennium: reputation of emperor Nero. *Historie*, Cambridge, n. 22, 1973.

VEYNE, Paul. *O império Greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia. O grande desvio*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WALTZ, René. *Vie de Sénèque*. Paris: Librairie Académique, 1909.

WALLACE-HADRILL, Richard. *Rome's cultural revolution*. London: Cambridge, 2010.

_____. Knowing the ancestors. In: *Rome's cultural revolution*. London: Cambridge, 2010, pp. 212-258.

_____. *Patronage in Ancient Society*. London and New York: Routledge, 1990.

_____. Introduction. In: WALLACE-HADRILL (org). *Patronage in Ancient Society*. London and New York: Routledge, 1990, pp. 1-13.

_____. Patronage in Roman society: from Republic to Empire. In: WALLACE-HADRILL (org). *Patronage in Ancient Society*. London and New York: Routledge, 1990, pp. 63-87.

_____. The emperor and his virtues. *Historia*, 30, pp. 298-322, 1991.

_____. The Imperial Court. In: BOWMAN, A. K., CHAMPLIN, E. and LINTOTT, A. *The Cambridge Ancient History*, Vol. X, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 283-308, 1996.

_____. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

WARMINGTON, B. H.. *Nero: reality and legend*. London: B. T. Batsford, 1969.

WOOLF, Greg. Inventing empire in ancient Rome. In: ALCOCK, SUSAN E.; D'ALTROY, Terence N.; MORRISON, Kathleen D.; SINOPOLI, Carla M.. *Empires*. Perspectives from Archaeology and History. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 311-322.

_____. Polis-Religion and its alternatives in the Roman provinces. In: ANDO, Clifford. *Roman Religion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003, pp. 39-54.

YAVETZ, Z. *Plebs and Princeps*. Oxford: Oxford University Press, 1969.

Notas

¹ Devemos pontuar a posição de Eugen Cizek, que prioriza a autonomia política de Nero, embora não negue a forte predominância de Sêneca e Burro, mas acentua o interesse do *princeps* por seus negócios, muito embora o filósofo fosse responsável pela redação de seus discursos (CIZEK, 1982, p. 103). As concessões senatoriais não enfraqueceram o absolutismo imperial, continuando sob o controle do príncipe o domínio da cúria, da Itália e das províncias senatoriais. Aos olhos de Cizek, Nero estava evitando combater, ao mesmo tempo, duas frentes: de um lado, os opositores do senado, de outro lado, Agripina e os partidários de Cláudio (CIZEK, 1982, p. 60-61). A alusão à diarquia seria uma ficção destinada a camuflar a monarquia absoluta, mantê-la sob uma fachada, dando a sensação de autoridade aos senadores, que seria, parafraseando Rudich, “his repeated gestures of respect and submission to senatorial authority are the more notorious since they were performed in an atmosphere of increasing senatorial adulation” (RUDICH, 1993, p. 05).

² Essa tentativa de interpretar o filósofo da *stoa* de uma política mais centralizadora, colocando-o como um harmonizador da tensa relação de poder entre *senatus* e *princeps*, também se aproxima da isenção da participação de Carcopino como um colaborador do Nazismo. Escreve uma obra em parceria com Claude Carcopino e Paul Ourliac - *Jérôme Carcopino, un historien au service de l'humanisme* – que se tratava de reabilitar o historiador reconhecido como sendo um colaborador do nazismo no período de ocupação alemã na França. De acordo com Glaydson José da Silva, Carcopino “enfrenta sérias dificuldades de inserção nos espaços intelectuais em seu próprio país após a Libertação, em virtude do papel por ele desempenhado durante o regime de Vichy” (SILVA, 2005, p. 22).

³ Para maior compreensão acerca dos pressupostos estoicos, que se associam às práticas de poderes em Sêneca, consultar: INWOOD, 2005; KER, 2009; LEACH, 2008; MAYER, 2008.

⁴ Existe uma gama de autores que propõem uma forte centralização de poder *in manu principis* em detrimento das prerrogativas senatoriais, como Norma Musco Mendes. Para a autora, as relações de pessoalidades e as regras informais puseram fim às atribuições eleitorais, reduzidas à recomendação de candidatos aos comícios e o fim da participação popular (suprimidas em 14 d. C. por Tibério), tornando as eleições uma mera formalidade (MENDES, 2006, p. 30). Outros autores como Moses Finley (1997), A. Wallace-Hadrill (1990, 1991, 1996, 1999), Peter Garnsey (1980, 1982, 1989, 2001), Richard Saller (1982, 1990) interpretam as relações sociais no império romano a partir das interações sociais, levando-se em consideração o término da política: a submissão do Senado, o fim das assembleias populares e a centralização do poder político pelo imperador finalizariam todas as formas públicas do exercício do poder. Mesmo que houvesse discussão, “o poder deliberativo último e efetivamente ilimitado em matéria de política residia num só homem, e não nos votantes (nem nas centenas de membros que o Senado abrangia)” (FINLEY, 1997, p. 135).

Respalda-mo-nos na proposta de que a centralização política não liquidou a negociação do soberano com setores sociais (MILLAR, 1998). Primeiro, a boa convivência do imperador com seus súditos dependia de suas ações moderadoras; segundo, as reações poderiam advir tanto de ações coletivas quanto de ações individualizadas. O poder Imperial, embora estivesse centrado *in manu principis*, é transmitido e compartilhado, e a plebe, um elemento central de preocupação do príncipe (REMESAL, 2008). “O próprio Senado era um parceiro importante, que por mais centralizado que fosse detinha o poder, mesmo que subordinado, tanto como instituição, com suas atribuições específicas, quanto

como poder individual de seus membros que monopolizavam as principais magistraturas civis e militares do Império” (GUARINELLO e JOLY, 2001, p. 137).

⁵ Essa visão de um imperador tirânico, construído tanto pelos historiadores romanos quanto pelos historiadores contemporâneos (WALTZ, 1909; WARMINGTON, 1969; GRANT, 1970; THORNTON, 1973; CIZEK, 1982; CANESSA, 1990; GRIMAL, 1991; entre outros), esta perspectiva de que Nero se conteve somente nos anos de influência de Sêneca, é revista por Mirian Griffin em uma abordagem mais crítica (GRIFFIN, 1984). Para a autora, em outra obra intitulada - *Seneca: a philosopher in politics* – o filósofo utiliza os títulos *princeps* e *rex* no tratado *De Clementia* por pretender aplicar a seu *princeps* o ideal de virtude consolidada pelos tratados helênicos sobre a realeza. Segundo estes tratados, as condições do governo não dependiam das formas da constituição de um estado nem de limitações da lei, mas sim do caráter do seu soberano. Como o poder do soberano era absoluto, um bom ou mau governo dependeria das boas ou das más qualidades do soberano (GRIFFIN, 1976, p. 146\149).

⁶ A historiografia, desde o século XIX, interpreta a sociedade romana a partir de grupos privilegiados que controlariam o acesso aos benefícios concedidos pelo poder político, excluindo, dessa forma, grupos populares denominados *plebs*. Seguem alguns autores, os quais compartilham desta proposta: Gagé (1964), Alföldy (1989), Garnsey e Saller, 1989, Wallace-Hadrill (2010), entre outros. Há também autores que consideram a *plebs* um grupo social relevante, tanto nos aspectos políticos quanto em suas ações cotidianas, que são expressas em fontes documentais da cultura escrita e da cultura material, como Funari (2001; 2003), Garraffoni (2005), Joly (2005), Guarinello (2001), Bradley (1997), Millar (1992), Yavetz (1969) entre outros mais.

Em outro patamar das discussões sobre a prática do poder político, temos alguns discursos historiográficos que interpretam a dominação romana no mediterrâneo ocidental e oriental como natural (VEYNE, 2009) ou pela inclusão de conceitos como assimilação, progresso e romanização. Trata-se da criação de uma unidade na História, criada no século XIX, que forjou a ideia de que “uma nação compõe-se de um povo, um território e uma cultura. Até a Revolução Francesa, no final do século XVIII, a nação era um conceito ligado ao rei e não se baseava nestes três pontos (...) Enquanto a França monárquica era também composta de diversos povos, com diversas línguas, usos, costumes e territórios, a nação francesa moderna impõe-se à homogeneidade de uma língua, o francês, um povo, um povo francês, e um território delimitado. O que interessa aqui é que esse conceito de nação e, conseqüentemente, de cultura nacional, implica homogeneidade. A partir deste nacionalismo, considerou-se que, no passado, haveria também nações homogêneas como deveriam ser os modernos Estados nacionais” (FUNARI, 2001, p. 123/124).

Na História Antiga prevalecem modelos que privilegiam concepções de unidade e de homogeneidade e que trazem títulos como “*A história social de Roma*” (ALFÖLDY, 1989), “*O homem Romano*” (GIARDINA, 1992), *L'Empire romain: économie, société, culture* (GARNSEY; SALLER, 2001), *Rome's cultural revolution* (Wallace-Hadrill, 2010), nos quais tratam, de modo geral, de uma cidade que se metamorfoseia no discurso historiográfico em império. Referem-se a Roma como se estivessem tratando de questões sobre *império*, sendo este império também um conceito revisto por uma identidade natural, uma unidade de cultura política (GUARINELLO, 2003; FUNARI, 2001; HINGLEY, 2010; WOOLF, 2009). Daí as formas decorrentes - tanto a História da Grécia, quanto a História de Roma, bem como o viés político das narrativas - são recortadas a partir da lógica dos textos, buscando-se nos vestígios clássicos uma imaginária sociedade unificada.

Um exemplo disso são os estudos de Haverfield, analisados por Hingley, no qual se trabalha com os conceitos de incorporação e de assimilação, presentes nas pesquisas do século XX. Haverfield interpreta a dominação romana a partir da defesa de suas fronteiras e por ter criado uma civilização desenvolvida nas províncias (Hingley, 2010, p. 33). Como sugere Hingley, o processo de romanização, associado aos conceitos de progresso e de desenvolvimento, se insere nas discussões dos séculos XIX e início do XX. “Esse conteúdo moral positivo da missão imperial romana é inerente à visão em que algumas fontes romanas são tomadas, mas isso também coaduna em muito com as atitudes paternalistas dos contemporâneos de Haverfield diante da dominação e do controle dos nativos dentro de seu próprio império. Haverfield visualizou a romanização como direcional e progressiva, o processo pelo qual os grupos sociais nativos da Bretanha romana tornaram-se progressivamente romanos” (HINGLEY, 2010, pp. 33\34). Atualmente, os estudos sobre as relações de poder entre Roma e as províncias optam por discursos, sobre os quais prevalecem discussões sobre a “invenção do império” (WOOLF, 2009), análises sobre tradição e propaganda no Principado de Augusto (WALLACE-HADRILL, 2010) e mostram uma variedade de práticas culturais, por exemplo, cultos religiosos entre outros aspectos, que corroboram, de maneira geral, estudos sobre o império, mas, sobretudo, um império que se constitui em forma de mosaicos (GUARINELLO, 2009; LOMAS, 2001; LAURENCE, 2001; GORDON, 2003; WOOLF, 2003, 2009); HUSKINSON, 2005; HOPE, 2005; RIVES, 2005; ALCOCK, 2009, HINGLEY, 2010).

⁷ Como pontua Roger Chartier, a noção de Literatura deve ser inserida nos respectivos momentos de historicidade, a exemplo da ode, que não deve ser considerada um gênero literário, mas um discurso ritual. De acordo com o autor, “a ode era um canto dirigido aos deuses do banquete e, ao mesmo tempo, um canto inspirado pelas Musas, das quais o

cantor era apenas um instrumento. Longe de ser uma criação individual, um produto da arte poética, a ode manifesta o peso esmagador que a inspiração exercia sobre o orador. O sentido do texto dependia inteiramente de sua eficiência ritual; ele não podia ser isolado das circunstâncias em que o poema era cantado, pois, ao invocar os deuses, ele os fazia participar do banquete. O texto da ode, de uma singularidade irreduzível, não podia ser post o por escrito nem repetido. Ele era um momento de arrebatamento, era mistério, evento” (CHARTIER, 2002, p. 20). Esta referência de Chartier insere-se em questionamentos, os quais foram apresentados pela historiadora Florence Dupont, de que as categorias literárias da contemporaneidade são insuficientes para se pensar a circulação e a produção dos textos na Antiguidade Clássica. A autora lembra que a perspectiva de uma obra escrita para um leitor, que a lê silenciosamente, é impensável, o texto destinava-se a um leitor-ouvinte (DUPONT, 1998; 2004). A atividade de produzir um texto destinava-se a uma coletividade, e a noção de autor desaparece em detrimento da *authoritas*, do poema e do patrono do poeta (DUPONT, 2004, p. 173).

⁸ No artigo de Wallace Hadrill – “*knowing the ancestors*” – o *mos maiorum* é evidenciado pelos escritores do primeiro século pela invocação dos ancestrais por expressões - “como meus ancestrais faziam”, demarcam as prioridades dessa aristocracia e, ao mesmo tempo, cria-se uma conexão entre o passado e o presente, transformando-os em arquétipos e, portanto, não se guiar pelos ancestrais implicava traição à tradição romana. Entretanto, pode-se apreciar uma espécie de “confronto” (HARTOG, 2003) entre o passado, representado pela tradição, e o presente, simbolizado pelos antiquários (escritores), que demarcavam alterações nas tradições, a exemplo dos *Scipiones*, os quais apresentavam suas práticas funerárias a público ou ainda enterravam seus corpos em vez de cremá-los; ou mesmo a cunhagem de moedas, que anteriormente ocupava imagens de deuses, no principado, passa a usar também imagens de ilustres (WALLACE-HADRILL, 2010). Greg Woolf, nessa mesma linha, acrescenta que a Literatura Latina, à época de Augusto, teria se lançado “como um projeto cultural, de certo modo consciente e dirigido para fornecer aos romanos uma cultura semelhante aos gregos, e adequado à sua nova condição de governantes do mundo. *Eneida*, de Virgílio, e *Histórias*, de Tito Lívio, ofereceram novas formulações da identidade romana, romanos que compartilham o passado, seu destino e sua relação especial com os deuses e com a ordem cósmica” (WOOLF, 2009, p. 315).

⁹ A propaganda nazista e fascista pode ser percebida em seus vários usos da Antiguidade Grega e Romana, mas sobretudo na arquitetura e na escultura, nas quais predominam, segundo Glaydson José Silva, “a monumentalidade e o excesso, o gigantismo obsessivo da arquitetura nazista, vista por muitos como uma necessidade de reafirmação nacional após o Pacto de Versalhes (GUYOT e RESTELLINI 1983; CAVALCANTI-BRENDLE 2003: 2), marca o interesse do Nacional Socialismo, personificado na figura do Führer, de se inscrever não só na História da Europa como também na História do mundo, de um novo mundo marcado por uma nova civilização. Em seu comunicado francês sobre *O futuro da Alemanha*, Hitler dizia: “*Também começamos nossa obra cultural por um certo número de possantes realizações de valor documental, persuadidos que o exemplo imortal ainda é o maior ensinamento para todos os tempos*” (HITLER 1936: 91 – em HITLER, RIBBENTROP et al.) (SILVA, 2005, p. 55). A imortalidade dessa civilização alemã hitleriana se daria por meio de imagens associadas a César e Augusto (MILZA, 1999; BURKE, 2004), a arquitetura como os fóruns ou mesmo o símbolo da águia, aproxima a romanidade como manifestação da glória de Hitler e de Mussolini. O cinema atuou também em contributo ao Führer. “O filme *Triunfo da Vontade*, de Leni Riefenstall (1935), feito com o incentivo pessoal de Hitler, mostrava o Führer sendo idolatrado por seus fiéis seguidores” (BURKE, 2004, p. 88).

¹⁰ Como colocou Glaydson José da Silva, não se trata de criar binômios reducionistas entre colaboradores e resistentes, no entanto, refletir sobre a ação de intelectuais e seus papéis político e ético no poder (SILVA, 2005, p. 162). Na ocupação alemã na França, ele fez um longo debate sobre a participação de historiadores, sociólogos, jornalistas e suas posições dicotômicas, ora a favor, ora contra a ocupação. Edmond Faral, especialista em Literatura Latina na Idade Média e administrador do Collège de France, durante a ocupação, compromete-se em colocar em ação a aplicação das leis de exclusão social, desligando professores da instituição (SILVA, 2005, p. 162). Ou mesmo a conturbada participação de Carcopino, que “participará, efetivamente, da criação e da execução das leis de exclusão de Vichy, das principais reformas educacionais do período e da legislação, que, pela primeira vez, regulamenta, de modo efetivo, o patrimônio arqueológico na França. Incumbência tanto mais complicada quando se trata de um regime autoritário, onde as políticas e práticas frequentemente estão ligadas ao estabelecimento de privilégios” (SILVA, 2005, p. 160).

¹¹ Os excessos e as deficiências da memória coletiva aparecem, por exemplo, no discurso de Maurice Halbwachs, no qual desconsidera a atuação do indivíduo, pois, de acordo com suas proposições, “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Para ele, o indivíduo retém lembranças, sendo suas rememorações possíveis somente se estiverem em um lugar comum, sendo, portanto, impossível considerar-se a memória individual. Ela cairia no esquecimento por não haver recordações nos níveis exteriores. “Assim, por força das circunstâncias, a duração de uma memória desse tipo estava limitada à duração do grupo. No entanto, quando subsistem testemunhos, quando, por exemplo, antigos alunos se lembram e podem tentar lembrar ao professor algo que este não se lembra, é porque na turma, com alguns colegas, ou fora da classe, com os

pais, eles formavam pequenas comunidades mais reduzidas, ainda assim mais duradouras, a que interessavam os acontecimentos da turma” (HALBWACHS, 2006, p. 35).

¹² A invenção de tradições é definida pelo autor como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWN, 2008, p. 09). Um exemplo deste tipo de prática política é a utilização do passado imperial romano como reflexo das políticas de Mussolini e de Hitler ou, se quisermos ampliar o exemplo, as reinvenções democráticas, as quais tentaram silenciar as práticas totalitárias.

¹³ O momento de insatisfação com o mundo e a sociedade manifestou-se no pintor Max Beckmann (1884-1950). O quadro *A Partida* de 1932-35 mostra o mundo como um inferno e uma prisão, a saída para o horizonte livre é árdua, duvidosa e ameaçada. As cores profundas conferem ao mundo das manifestações um realismo e simbolismo cruel e misto. Os próprios homens assumiram o papel de demônios (BAUMGART, 1994, p. 336/337). Beckmann retratou as crueldades da guerra valendo-se de uma nova definição da realidade: os corpos deformados e despedaçados, limitados por acentuadas linhas diagonais e verticais, com sombras em traços grossos. Uma estética do grotesco e da morte, representada em festas orgíacas e tenebrosas. Entre suas obras mais importantes dessa última fase destacam-se seus trípticos, de conteúdo ao mesmo tempo místico e agnóstico. O pessimismo e a inquietação do pintor foram acentuados quando Hitler assume o poder; condenado durante o nazismo, viveu como autoexilado em Amsterdã e mudou-se finalmente para os Estados Unidos, onde ministrou cursos na escola do Museu da Arte do Brooklyn e na Escola de Arte de Washington.

¹⁴ Assim como pode ser percebido na maneira como o fascismo projeta-se no império romano para solidificar e legitimar seu regime, em especial, Mussolini. Como acentua Glaydson José da Silva, “é sobre a *Cidade Eterna* que, na luta pelo poder, o futuro Duce conduzirá a sua Marcha, evocando, oportunamente, a continuidade e a herança da Roma imperial. Nesse sentido, a escolha de Roma não é, de nenhuma forma, ocasional, visto que ao mesmo tempo em que é a sede da Itália unificada representa, também, o glorioso passado ao qual o Fascismo faz apelo e do qual vangloria-se como herdeiro. O discurso retórico em torno da superioridade latina irá se centrar na continuidade da Roma moderna em relação à grandiosidade da antiga Roma imperial, em uma exaustiva apelação ao mito da romanidade” (SILVA, 2005, p. 48).

Nesse plano político, a memória se inscreve nos três efeitos sucessivos, definidos por Paul Ricoeur, como uma distorção da realidade, uma forma de legitimação do sistema de poder e uma integração do cotidiano por meio de sistemas simbólicos (RICOEUR, 2007, p. 95). Como bem sabemos, o poder se constrói por imagens que se caracterizam por dispositivos produtores de efeitos, comparáveis às ilusões do teatro. O soberano torna-se um ator político para a conquista e a manutenção no poder, daí a relevância de sua imagem e de suas aparências (BALANDIER, 1982), as quais são mediatizadas em ações simbólicas, e sua memória incorpora-se a uma constituição identitária por meio da função narrativa (RICOEUR, 2007, p. 98). É, em específico, na função seletiva da narrativa “que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração” (RICOEUR, 2007, p. 98). A atuação do governante não se limita à dominação física (BALANDIER, 1982; GEERTZ, 1997; RICOEUR, 2007), e é este aspecto em que se alimentam as rememorações – o passado brilhante dos romanos e a cidade eterna de Mussolini – a memorização que se busca, “no plano institucional, uma memória ensinada” (RICOEUR, 2007, p. 98), as quais prevalecem às narrativas de fundação e às narrativas de glória, e, por fim, as comemorações associadas aos cortejos de ritos e de mitos, que se vinculam “aos acontecimentos fundadores” (RICOEUR, 2007, p. 98).

Recebido em outubro de 2011.

Aprovado em junho de 2012.